

Campanha Salarial 2011:

Pautas aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária no dia 31 de março de 2011

Na sexta-feira, dia 01/04/2011, após a aprovação da assembleia geral, o sindicato protocolou as pautas: econômica, geral e específica na Prefeitura e já solicitou a primeira rodada de negociação.

Nossa pauta econômica de reivindicação é de: **15,06% no salário base e R\$ 600,00 no vale-alimentação!**

No primeiro bimestre de 2011, a Prefeitura de Campinas teve um aumento de quase 14% na arrecadação. O gasto com pessoal fechou o ano em relação à LRF, em **43,44%**, portanto, há condições do Governo atender o pleito do funcionalismo. Porém, depende de nós e de nosso poder de mobilização para conquistar o que é nosso de direito.

A maioria da dívida do Governo Hélio com os trabalhadores da saúde está prevista na **pauta específica**. Desde o início do ano, o sindicato percorre os locais de trabalho, acatando as denúncias de más condições de trabalho. Outra situação que tem deixado os trabalhadores bastante apreensivos é a falta de segurança nos locais de trabalho. Quando cobramos do Governo Hélio providências,

temos como resposta apenas o descaso.

O Governo Hélio patrocina a política de assédio moral no funcionalismo, além disso, desrespeita direito ao pagamento correto do adicional de insalubridade e **não reconhece a aposentadoria especial**, um direito de todos os trabalhadores da saúde. A jornada de trabalho extenuante na área da Saúde está impondo um adoecimento aos profissionais de branco. A situação exige além da redução das horas de trabalho, abertura urgente de novos concursos públicos.

A partir de agora, a campanha entra na fase de mobilização, com a entrega da pauta de reivindicação ao Governo. Para avançarmos nas nossas conquistas será preciso muita luta. Por isso, discuta no seu local de trabalho, organize-se e agende-se. Nosso lema nesta campanha salarial é: **Um Por Todos e Todos Por Um!** A sua participação durante a Campanha Salarial é fundamental para que tenhamos sucesso em nossas reivindicações.

Pauta Específica:

1. CONCURSO PÚBLICO Já, contra a privatização;
2. REDUÇÃO DA JORNADA para 30h na Saúde; projeto piloto;
3. Adicional de insalubridade - rever conforme a súmula-pagamento sobre o base; (aprovado sobre a CLT, artigo 468);
4. Aposentadoria Especial;
5. Revisão do PCCV: quem não foi enquadrado, enquadramento das auxiliares de saúde bucal junto com auxiliares de enfermagem, titulações e dotação orçamentária;
6. Revisão do ICV: redefinição dos critérios com uma comissão de trabalhadores, pagamento para quem ainda não recebe e reajuste conforme o índice salarial;
7. Bolsa de estudos para a saúde: inclusão dos trabalhadores da saúde nas prioridades do art. 4º da lei 13.470 (18/11/2008) e parcerias para cursos de formação e capacitação;
8. Que os recursos referentes aos valores repassados pelo Estado para campanha de vacinação sejam repassados no dia aos trabalhadores da saúde (Fesima)
9. Programa de Saúde do Trabalhador;
10. Fim da aposentadoria compulsória, investindo na saúde preventiva do trabalhador;
11. Instituir um programa anual de remanejamento a pedido e remoção de acordo com classificação por tempo de serviço;
12. ABONADAS – cumprimento da lei municipal, revogando o Decreto 16.679 de 09/06/2009;
13. Não aplicação do art.6º do Decreto Municipal Nº 17.232 de 05/01/2011 para as Unidades Básicas e Especialidades (ponto facultativo);
14. Reconhecimento do tempo de serviço público prestado no município e em outros órgãos;
15. Retorno do cargo de motorista de ambulância e auxiliar de saúde pública à família da saúde;

- Pagamento do bônus para Licença Maternidade/LTS;
- Insalubridade;

- I.C.V.;
- Licença prêmio;
- Planos de cargo e carreira;

PAUTA ECONÔMICA

- ✓ 15,06 % no salário base (perdas acumuladas do Governo Hélio no período de 2005 a 2011);
- ✓ Vale Alimentação de R\$ 600,00;
- ✓ Piso salarial de R\$ 1.100,00 aos agentes de saúde da PMC.

PAUTA GERAL

1. Fim do assédio moral: cumprimento da Lei N° 11.409, de 04 de novembro de 2002 (publicação DOM de 05/11/2002);
2. Concursos Públicos sérios, transparentes e sem vícios para todos os segmentos da PMC;
3. Fim do processo de terceirizações e precarizações na PMC: não à implantação dos projetos de privatizações e gestão compartilhada no serviço público municipal;
4. Cumprimento do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) de janeiro de 2010, que determina condições de trabalho e estrutura na PMC: uniformes, EPI, PPRA, PCMSO e PPP;
5. DPDI: A política da Prefeitura de perseguição aos trabalhadores (via DPDI) precisa de um limite. Qualquer coisa é motivo para encaminhamento ao DPDI. Aplicar o estatuto do servidor. Procuradoria Municipal: a Prefeitura tem de cumprir a LOM;
6. Pagamento dos Precatórios: A Prefeitura tem dívidas acumuladas com muitos funcionários, transformadas em precatórios. Trata-se de indenização devida em função de benefícios e/ ou direitos não honrados pela PMC, transformados em títulos públicos.
7. Revisão da Ordem de Serviço 001/2008 da SMRH: Revisão da OS objetivando humanizar o atendimento do DPS;
8. Pagamento do Adicional Noturno: a quem trabalha após as 19h;
9. Sexta Parte: Pagamento correto da sexta parte sobre todos os vencimentos;
10. Licença Prêmio: Revogação do Decreto n° 15207 de 27 de julho de 2005;



www.stmc.org.br